



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS
CONTAS DO ORDENADOR

NOTA 01: INFORMAÇÕES GERAIS

A Prefeitura Municipal de Domingos Martins, pessoa jurídica de direito público, atualmente localizada à Rua Bernardino Monteiro, 22, centro de Domingos Martins-ES, representa a entidade máxima da administração pública no município, sendo a sede do poder executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira, adquirindo personalidade jurídica com a inscrição no CNPJ 27.150.556/0001-10. Atualmente, segundo dados do IBGE, estima-se uma população de 35.416 para 2022(último censo) e sua economia baseia-se agricultura, representada pelo cultivo do café, banana, hortifrutigranjeiros, hotelaria, turismo, além de comércio e indústrias de pequeno e médio porte. Neste cenário a Prefeitura Municipal é responsável por legislar sobre os assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, além de instituir e arrecadar os tributos de sua competência.

Mais importante que a função reguladora e disciplinadora em nosso município, a Prefeitura Municipal tem a função de criar o bem estar da população, oferecendo a todos sem distinção o acesso a serviços públicos de educação, saúde, assistência social, cultura, cuidar e proteger a infra-estrutura arquitetônica e ambiental do município, mediante ao ordenamento e planejamento territorial.

NOTA 02: RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS RELEVANTES

Os serviços técnicos da contabilidade foram executados de acordo com a legislação vigente, permitindo o acompanhamento da execução orçamentária, o reconhecimento patrimonial e o levantamento das demonstrações contábeis no



período de janeiro a dezembro de 2025, correspondendo um exercício financeiro conforme disposto no art. 34, da lei nº 4.320/64.

A estrutura das demonstrações contábeis foram executadas em observância ao disposto nas Leis nº. 4.320/1964 nº. 101/2000, nas Portarias MF nº 184/2008 e STN nº.438/2012, 634/2013 e 700/2014 além das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público do Conselho Federal de Contabilidade.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foi utilizado o regime misto, caixa e competência para a arrecadação e o de competência para execução das despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei nº 4.320/64, de forma integrada com as NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e os princípios contábeis estabelecidos pela Resolução nº 750, de 29 de dezembro de 1993, do Conselho Federal de Contabilidade.

NOTA 03: DETALHAMENTO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES

Restos a Pagar: As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, registrados em sua maior parte como não processados. Seguindo na mesma linha, os restos a pagar de exercícios anteriores, encontram-se todos devidamente registrados e detalhados junto a esta PCA, resultando um saldo final de R\$ 6.961.673,95 (seis milhões, novecentos e sessenta e um mil, seiscentos e setenta e três reais e noventa e cinco centavos), conforme a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Despesa empenhada	172.297.257,97
(-)Valor pago no exercício	165.387.539,50
(=)RP Processado do Exercício	3.924.808,86
(=) RP Não processado do Exercício	2.984.909,61
Valor do RP do exercício	6.909.718,47
Saldo de RP de Exercícios Anteriores	51.955,48
Total dos Restos a Pagar Geral	6.961.673,95



Créditos Adicionais: Os créditos adicionais abertos no exercício financeiro de 2024, foram abertas visando à readequação das despesas previamente fixadas, todos devidamente amparados mediante autorização contida na Lei Orçamentária Anual e em Lei específica.

Transferências Financeiras: Compreendendo as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta, as Transferências Financeiras Concedidas foram realizadas entre a Prefeitura Municipal, o Fundo Municipal de Saúde e a Câmara Municipal, para cobertura das despesas inerentes as atividades fins de cada entidade. Todos os lançamentos estão devidamente registrados nas contas dos grupos de transferências Financeiras, 3511 “TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA” para os dispêndios, e, 4511 – “TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA” para os ingressos.

Estoques: Os estoques registram todas as entradas e saídas de materiais disponíveis no ente. Seus valores são registrados pelo valor original de aquisição no momento de liquidação das respectivas despesas de material de consumos e distribuição gratuita.

Créditos a Longo Prazo de Dívida Ativa: As movimentações da dívida ativa, de inclusão, atualização, cancelamentos e recebimentos são registrados de acordo com relatório encaminhado pelo setor competente. Os índices de multas e juros se dão conforme o Código Tributário Municipal. A baixa é realizada somente através de processo administrativo, observados a prescrição do débito ou pagamento já efetuado.

NOTA 04: DEMAIS INFORMAÇÕES

Passivos Contratuais Não Reconhecidos: Todos os passivos contratuais existentes foram devidamente contabilizados e reconhecidos pela instituição.



CONCLUSÃO:

Podemos afirmar com convicta certeza que buscamos a melhor integração das atividades administrativas com as necessidades básicas dos cidadãos do município.

Assim, buscamos aplicar os recursos financeiros municipais pautados nos princípios insculpidos na Constituição Federal, aplicando os valores constitucionais mínimos em educação e saúde, com propósito de atender as necessidades da população.

Desta forma, as notas aqui apresentadas, buscaram retratar com clareza e objetividade as informações apresentados nas demonstrações contábeis, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará a disposição.

Domingos Martins– ES, 26 de março de 2026.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL